

+ Educação Inclusiva:
DA REFLEXÃO À AÇÃO

[MANUAL DE BOAS PRÁTICAS]

A EDUCAÇÃO [INCLUSIVA]

MÓDULO 01



MÓDULO 1

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	9
1.1. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
1.1.1. A Diversidade na Educação	11
1.1.2. Diversidade vs Diferença	12
1.1.3. Equidade, Igualdade e Inclusão	14
1.2. UM NOVO PARADIGMA EDUCATIVO	16
1.3. ORIENTAÇÕES EUROPEIAS	20
1.4. A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
1.4.1. Como alcançar uma Educação Inclusiva?	25
1.5. BARREIRAS E FATORES FACILITADORES	26
1.5.1. Educação Inclusiva: imposição ou cultura da Escola?	31
RECURSOS ADICIONAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação de qualidade é um direito de todas as crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) expressam claramente o objetivo de garantir uma educação de qualidade para TODOS e a importância de prestar o apoio holístico necessário para desenvolver o potencial de cada criança.

A educação de qualidade só pode ser alcançada quando todas e cada criança, incluindo as mais marginalizadas e excluídas, frequentarem a escola e receberem uma Educação Inclusiva, que lhes proporcione a aprendizagem necessária para a vida.

Embora a Educação Inclusiva seja um conceito amplo que inclui TODOS os grupos de crianças, o presente Manual incidirá especificamente nas crianças com deficiência intelectual e sensorial.



1.1. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Durante décadas os modelos organizativos do atendimento a alunos com Necessidades Educativas Especiais recorreram a Centros de Recursos que permitiam dotar a Escola de competências adicionais para poder acolher alunos com dificuldades.

Foram também criadas as Unidades/Escolas Especiais que permitiam que alunos, mesmo com condições mais severas de deficiência, pudessem frequentar e partilhar a sua educação com outros alunos na mesma condição. Os desafios também foram transversais: recursos insuficientes, outros por vezes inadequados, falta de organização com a Escola, todo um conjunto de circunstâncias que levou a que estas respostas se tornassem cada vez mais “estruturas à parte”, estruturas de “educação especial”. Em alguns países como Portugal, o professor de Educação Especial era visto como o único responsável e detentor de conhecimento para os processos de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência.

O recurso à Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) para avaliação e planeamento da intervenção dos alunos foi (e ainda é, em alguns países) usada para rotular os alunos e para avaliar o seu potencial educativo.

Por estes e outros factos da história da Escola por toda a Europa, é transversal a importância de:

- Assumir a mudança de paradigma da “Educação Especial” para a “Educação Inclusiva”
- Deixar de usar o termo Necessidades Educativas Especiais (NEE), assumindo que a categorização pode ser útil, mas não é essencial para encontrar formas de intervenção
(Ver Módulo 2)
- Criar medidas de apoio que podem ser extensíveis a todos os alunos
- Criar nas escolas estruturas ou funcionalidades que sirvam como “Centros de Apoio à Aprendizagem”
- Criar e atribuir competências a equipas multidisciplinares.

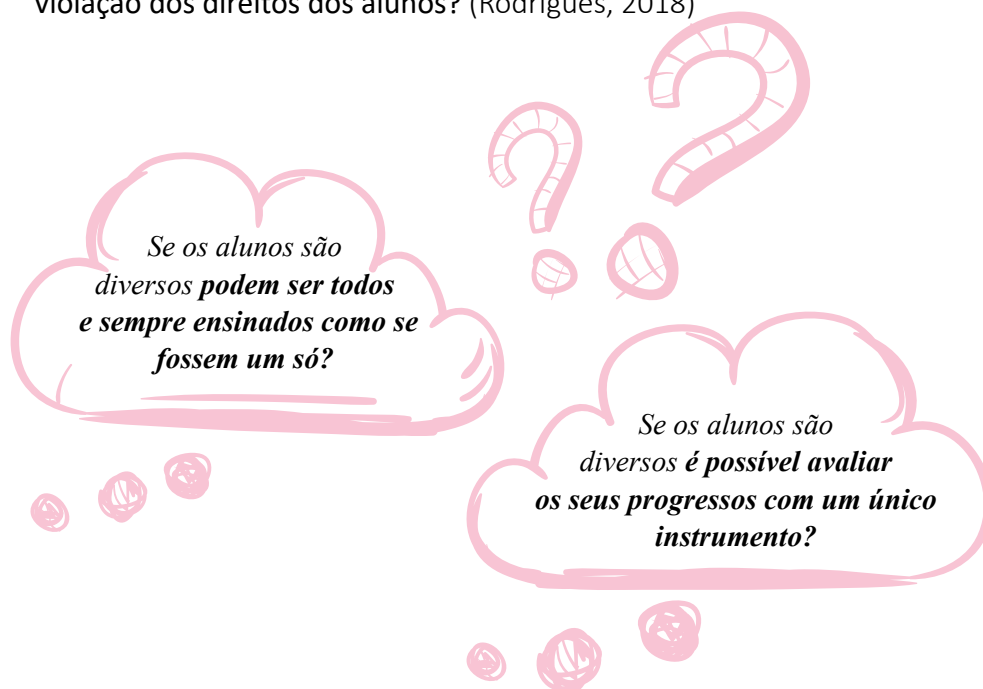
Em praticamente todos os países europeus, a área da Educação Especial e Inclusiva tem sofrido modificações rápidas e profundas que têm alterado a natureza de uma área que, durante muitos anos, esteve conotada com uma perspetiva assistencial. “Pensar a educação de alunos com condições de deficiência, no quadro de parâmetros estritamente educacionais é um facto recente e ainda em muitos aspetos constitui uma inovação.” (Nogueira & Rodrigues, 2010). A deficiência faz parte da diversidade humana e as pessoas com deficiência são um grupo heterogéneo.

1.1.1. A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

A criação no Séc. XIX da escola como a conhecemos hoje, procurava uma ética de igualdade. Procurava receber pessoas diferentes e, dando a todas o mesmo, conseguir instituir um regime social justo por oposição aos regimes sociais de brutal desigualdade e de inexistência de qualquer medida promotora dos direitos dos mais pobres e dos mais vulneráveis.

A tomada de consciência da necessidade de fazer com que a escola se tornasse numa estrutura que servisse em condições de equidade a todos os alunos esbarrou, antes de mais, com a dimensão da diversidade.

Se a escola tinha sido criada para “dar a todos o mesmo” como poderia ela passar a diferenciar o que “dava”? Não seria este facto uma violação dos direitos dos alunos? (Rodrigues, 2018)



Muitas perguntas que nos chamam a atenção para a viragem importante que foi necessário assumir numa lógica de Educação Inclusiva, isto é, de “não deixar nenhum aluno para trás”. Neste sentido, é fundamental “dar resposta à diversidade de necessidades de todos os alunos, através do aumento da participação na aprendizagem, nas culturas e nas comunidades, e na redução da exclusão **no e do** ensino.” (UNESCO, 2005).

“Só se pode valorizar a diversidade se conhecer essa diversidade e não é possível ter esse conhecimento sem que exista uma ética de valorização da participação de todos na escola.”
(Rodrigues, 2018)

1.1.2. DIVERSIDADE vs DIFERENÇA

Martha Minow no seu livro “Just schools: Pursuing equality in societies of difference” diz que, deveríamos questionar a forma como as coisas são e olhar para **a diferença** como sendo uma relação com alguém e que precisamos de ser muito críticos quando pensamos em quem estamos a julgar ser diferentes. A diferença em si mesma não é algo negativo, nem causa desigualdade. As diferenças entre as pessoas tornam as sociedades mais interessantes. No entanto, os significados e os valores aplicados a estas diferenças é que as tornam prejudiciais. (ORE, T. cit in “Diversity and Inclusion in Education”, Inês Alves e Eliot da Universidade de Glasgow, curso online Cousera). O problema reside na atenção e importância atribuída a algumas dessas “diferenças”.

Numa entrevista, Alan Dyson (2021) defende que quando percebemos um aluno como sendo diferente, isso cria dilemas. A base destes dilemas é uma intenção como educadores de tratar todos os estudantes como essencialmente iguais e uma intenção igual e oposta de os tratar como diferentes. Assim, ao mesmo tempo, queremos ser justos e tratar todos da mesma maneira, mas também queremos tratar cada aluno como um indivíduo e responder às suas necessidades. Isto cria dilemas diariamente nas salas de aula para os educadores.

Há três áreas principais em que os educadores são confrontados com dilemas:



1) A IDENTIFICAÇÃO:

Será que identificamos alunos que percebemos como sendo diferentes? Rotulamos? Dizemos que têm Necessidades Educativas Especiais ou que necessitam de apoio adicional para a aprendizagem ou que são deficientes?



2) A COLOCAÇÃO:

Será melhor colocar os alunos que percebemos como diferentes nas turmas regulares ou em turmas “especiais”, ou é melhor encontrar algum tipo de escola especial ou um ambiente especial?



3) O CURRÍCULO:

Será que ensinamos a todos a mesma coisa? Será que permitimos que estudantes diferentes se especializem e sigam os seus próprios interesses? Será que temos um currículo funcional para alguns estudantes e um currículo mais académico para outros? (Norwich, cit in Alves, 2017)

Todos estes são dilemas com os quais os educadores são confrontados. De salientar que perante estes dilemas os educadores podem encontrar uma solução para essa situação, mas não existe uma solução perfeita. É muito importante que, enquanto educador, se possa compreender que a Inclusão é um processo interminável.

Num sentido mais amplo, a Inclusão é sobre como lidamos com a diversidade e a diferença, bem como justiça social e equidade de grupos vulneráveis dentro do sistema educacional.

Mais do que desenvolver políticas, é importante que estas se traduzam em mudanças/práticas concretas. Para tal, é que se vejam as diferenças individuais não como problemas, mas como oportunidades de aprendizagem diversa e enriquecedora.

A diferença deve ser percepcionada como meio para a inovação e enriquecimento, beneficiando todos os alunos, independentemente das suas especificidades.

Num sistema educativo inclusivo é essencial que os professores encarem a diversidade presente em sala de aula de modo positivo.

A atitude face à diferença tem como base a intolerância e o abuso do poder para criar e perpetuar as desigualdades. **Tornar as escolas inclusivas pode contribuir para que as pessoas se consciencializem, de uma forma penosa, sobre as suas atitudes e práticas discriminatórias** (Booth, & Ainscow, 2002).

A diversidade é um conceito multifacetado que se presta a múltiplas interpretações.

Quando pensamos a diversidade e a diferença em contexto escolar, a fatores como cultura, etnicidade, nacionalidade, género, ..., juntam-se outros fatores como a língua de instrução ser diferente daquela falada pelos alunos, noções de capacidade e estilo de aprendizagem, bem como a noção de Necessidades Educativas Especiais. (Alves, 2017)

Normalmente, a diversidade é apresentada de uma forma mais positiva: Queremos valorizar a diversidade; enquanto que a diferença tende a ser utilizada de uma forma mais negativa. Quando as características dos estudantes são problemáticas, então os estudantes são considerados diferentes dos outros.

As políticas educativas são mediadoras dos processos de construção de noções de diversidade e diferença e as políticas presentes e passadas têm um impacto considerável na forma de pensar e agir dos professores. A escola como a conhecemos esteve na génese da exclusão e segregação. A única diferença é que a diversidade estudantil está agora por toda a parte nas suas múltiplas facetas.

A inclusão na educação implica pensar que o sistema muda para responder às diversas características dos alunos. Não são os alunos que devem ser convidados para um sistema pré-existente, mas o sistema é que deve estar atento às experiências e necessidades da população e responder-lhes.

1.1.3. EQUIDADE, IGUALDADE E INCLUSÃO

EQUIDADE E IGUALDADE

A Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança (Comissão Europeia, 2021) alerta para a importância do papel das crianças como agentes da mudança e o direito das crianças de aproveitar plenamente as suas potencialidades. Ainda neste sentido, o Conselho dos Direitos Humanos (2019) diz que as leis e políticas devem incluir explicitamente uma «cláusula de não rejeição», proibindo a recusa de admissão nas escolas de ensino regular e garantindo a continuidade na educação.

“O derradeiro objetivo dos sistemas de Educação Inclusiva é garantir que **todos os alunos**, independentemente da idade, dispõem de oportunidades educativas significativas e de elevada qualidade dentro da sua comunidade local, ao lado dos seus amigos e dos seus pares.” (Agência Europeia para as Necessidades Especiais e Educação Inclusiva, 2015, pp.1).

“O acesso a qualquer forma de educação constitui uma questão de equidade que atua como pré-requisito para todas as restantes questões.” (Agência Europeia, 2020).

A responsabilidade de garantir igualdade de oportunidades àqueles que se encontram em situação de exclusão, não é apenas dos Governos, de quem pensa e elabora as políticas educativas, mas sim de todos os agentes que trabalham em sintonia no sentido de apoiar a vida das pessoas vulneráveis.

De acordo com a Agência Europeia, a equidade pode abranger:

- ✓ Equidade no acesso à Escola.
- ✓ Equidade na distribuição das oportunidades de aprendizagem e apoio apropriado.
- ✓ Equidade na obtenção de oportunidades e possibilidades de sucesso na aprendizagem académica e social e nas oportunidades de transição.
- ✓ Equidade no alcance da autonomia pessoal durante e após a educação formal e as oportunidades de integração oferecidas aos alunos com Necessidades Educativas Especiais que apoiam a sua inclusão na sociedade em geral (Agência Europeia, 2011, pp. 56).

Para que os **princípios de Igualdade e Equidade** sejam integrados nas políticas da Educação, é necessário:

- ✓ Valorizar a presença, participação e realização de TODOS os alunos, independentemente das suas dificuldades e características pessoais .
- ✓ Fazer levantamento e avaliar os entraves à educação, à participação e à realização, com particular atenção aos alunos que podem estar em maior risco de insucesso, de marginalização ou exclusão.
- ✓ Desenvolver as capacidades dos professores, bem como do sistema, criando ambientes de aprendizagem e apoio, importante para a melhoria da qualidade da Educação.
- ✓ Criar sinergias entre a Escola e as demais partes interessadas da comunidade, com vista a promover condições para uma aprendizagem inclusiva, bem como fomentar uma compreensão mais ampla dos princípios da inclusão e equidade.
- ✓ Implementar as mudanças, reconhecendo que a Inclusão e a Equidade na Educação são um processo contínuo.

Salienta-se que trazer os princípios da Equidade e da Inclusão para as políticas educativas carece dos esforços e participação de outras entidades, nomeadamente serviços de saúde, bem-estar social e proteção infantil.

INCLUSÃO

O conceito de Inclusão está presente, mais do que nunca, no vocabulário da nossa sociedade. Se refletirmos, o conceito Inclusão é transversal a qualquer área inerente ao cotidiano do sujeito. Este é utilizado em assuntos relacionados com a saúde, por exemplo, até com a educação.

“A Inclusão não pode existir para acabar com as diferenças, mas sim para fazer com que estas diferenças (individuais, comportamentais, culturais...) encontrem formas de se unirem no que lhes é comum e de aprenderem e se respeitarem naquilo que são diferentes. A Inclusão não é baseada nas necessidades, mas sim nos direitos do sujeito.”

(Rodrigues, 2020, pp.222.)

Considerando a Inclusão sob o ponto de vista dos direitos, estamos a centrar-nos no desenvolvimento integral da personalidade do sujeito, reforçando o respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais. Não obstante, esta perspetiva orienta a educação no sentido de promover a compreensão mútua e a tolerância.

“A inclusão pode ser entendida não apenas como um veículo para acabar com a segregação, mas também como um compromisso com a criação de escolas que respeitem e valorizem a diversidade, abordem eficazmente as necessidades de todas as crianças e visem promover os princípios democráticos. A Educação Inclusiva é um conjunto de valores e convicções relacionados com a igualdade e a justiça social, para que todas as crianças possam participar no ensino e na aprendizagem.” (UNICEF, 2014, pp.17)



SER “INCLUSIVO”

♥ Significa que todos podem ter acesso a algo ou alguma coisa. ♥

♥ Passa por promover o sentido de pertença nos sujeitos, por forma a que possam ser participantes de pleno direito num determinado grupo ou comunidade. ♥

**INCLUSÃO É
TRANSVERSAL A
TODOS OS DIREITOS.**

**É UM VALOR,
UMA ESCOLHA,
UMA ATITUDE.**

A função da Educação Inclusiva é pois a de levar o sistema educativo a criar valores e modelos de intervenção que conduzam toda a comunidade escolar a apropriar-se de instrumentos (por exemplo: interação, participação, comunicação, simbólicos) que permitam a todos a participação e o sentido de pertença a diferentes comunidades em efetivas condições de equidade.

(Rodrigues, 2018)

1.2. UM NOVO PARADIGMA EDUCATIVO

De acordo com o Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa:

(...) a Educação Inclusiva requer uma mudança de mentalidade a nível social, deixando de encarar certas crianças como um problema para passar a identificar as necessidades existentes e melhorar os próprios sistemas de educação. É que a sociedade em geral, os decisores e todos os agentes envolvidos na área da educação compreendam plenamente a necessidade desta mudança de paradigma (European Agency for Special Needs and Inclusive Education, cit in, Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, 2017, p. 20-21).

A transição para uma efetiva Educação Inclusiva requer, sem dúvida, uma mudança a nível político. Importa salientar que os direitos de todos os alunos devem ser assegurados, não só na educação, como também dentro da educação. Para tal é que se defina um quadro único ao nível da Educação Inclusiva.

UM SISTEMA EDUCATIVO MAIS INCLUSIVO REQUER:

- 👍 Políticas ao nível da formação de professores
- 👍 Políticas de recursos organizacionais, humanos e materiais, por forma a educar todos os alunos de modo competente
- 👍 Novas perspetivas curriculares que dêem novos significados ao que é ensinar e aprender. Práticas de políticas centradas na participação de todos os alunos e no sucesso de todos os alunos.

As mudanças ao nível legislativo e político são fundamentais para a fomentação da Educação Inclusiva, contudo não podemos esquecer que esta mudança exige também uma mudança na linguagem, sobretudo no que diz respeito aos alunos com deficiência. Devemos abandonar os termos médicos/técnicos que possam contribuir para a exclusão destes alunos.

Aumentar a sensibilização de todas as partes interessadas para os benefícios da Educação Inclusiva é também um passo para garantir o compromisso e a sua implementação bem-sucedida.

O PAPEL DA ESCOLA

Tornar o conceito de Educação Inclusiva mais amplo é um desafio que implica **um esforço por parte das escolas no combate às diferenças**, bem como a superação de barreiras à aprendizagem por parte das mesmas.

Uma Educação Inclusiva de qualidade e para Todos requer uma **organização escolar**, currículo, implementação de processos de avaliação, pedagogia e ainda apoio mais inclusivos.

Sabemos que esta mudança é realmente um desafio para todos, contudo surge um outro desafio “respeitar os direitos e satisfazer as necessidades de alguns alunos”, como por exemplo os alunos com necessidades educativas específicas que requerem apoio adicional. (Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2021).

É por isso essencial dar **maior flexibilidade** às escolas e à comunidade para que estas tenham em conta a interseccionalidade, ou seja, a ligação entre vários fatores que podem estar na base da discriminação dos indivíduos, como por exemplo: “género, distância, riqueza, incapacidade, etnia, língua, migração, deslocamento, encarceramento, orientação sexual, identidade e expressão de género, religião e outras crenças e atitudes” (UNESCO, 2020, pp. 4).

As escolas devem esforçar-se por alterar **as estruturas e processos escolares**, em vez de se focarem nas dificuldades dos alunos.

Os professores devem ter um leque de estratégias a utilizar de forma flexível, para que os alunos não precisem de passar por dificuldades ou falhar antes de poderem ter acesso a apoio. Os alunos com necessidades de apoio mais complexas podem necessitar de recursos adicionais e contributos de especialistas. No entanto, a forma mais importante de apoio pode ser prestada a partir de **recursos que estão disponíveis para todas as escolas** – ou seja, alunos que apoiam alunos, professores que apoiam professores, pais como parceiros na educação dos seus filhos e comunidades como apoiantes das escolas e outros centros de aprendizagem (Gabinete Internacional de Educação da UNESCO, 2016 cit in Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva, 2021).

É fundamental a existência de **estruturas e processos para facilitar a cooperação** entre escolas, pais e membros da comunidade para apoiar o desenvolvimento da escola inclusiva e melhorar o progresso dos alunos. As escolas podem funcionar como recurso para as comunidades, disponibilizando serviços ou tornando-se a base para outras partes interessadas. Para além da família, a cooperação com a comunidade local ajuda as escolas a enriquecerem as experiências de aprendizagem e os resultados e dá mais apoio aos jovens no desenvolvimento das competências de que necessitam.



O PAPEL DAS FAMÍLIAS

O envolvimento familiar no processo educativo é . No entanto, como observa a UNESCO (2017), os pais podem não ter confiança suficiente e pode ser necessário um esforço para desenvolvê-la e construir redes. Tal acontece devido a variáveis como o valor que as famílias dão à escolarização, a (falta de) confiança que têm na instituição Escola e/ ou a hiperprotecção que têm com os seus educandos, o que acaba por criar ruído, dificultando ou retardando o processo de inclusão.

O Gabinete Internacional de Educação da UNESCO sublinha alguns pontos-chave a ter em consideração quando se trabalha com as famílias:

- As famílias e comunidades têm o direito de estar envolvidas e podem contribuir de várias formas. Em particular, conhecem as suas crianças, ao contrário dos profissionais.
- Desenvolver o envolvimento familiar e comunitário é um processo gradual, baseado na confiança. São precisos esforços excepcionais para promover o envolvimento de grupos marginalizados.
- As famílias e os grupos comunitários podem, por vezes, assumir a liderança enquanto ativistas pela Educação Inclusiva.
- Os direitos de envolvimento das famílias podem ser integrados na legislação ou no sistema de governação escolar.
- As comunidades também podem envolver-se eficazmente na governação das escolas ou do sistema educativo em geral.

O PAPEL DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Os pais são demasiadas vezes obrigados a escolher entre garantir resposta para as necessidades da criança (o que, por vezes, implica a sua colocação em escolas especiais) e garantir que esta tem os mesmos direitos e oportunidades que as outras crianças (o que, de acordo com a Declaração de Salamanca, significa colocar as crianças em escolas de ensino regular). O objetivo deve ser criar um sistema onde estas escolhas deixam de ser necessárias.

Durante o período de transição, os serviços especializados (terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, entre outros) podem ter um papel importante, transformando-se em centros de recursos para apoiar as escolas de ensino regular (UNESCO, 2017).



1.3. ORIENTAÇÕES EUROPEIAS

A Educação é um direito de todo e qualquer sujeito. Tal está consagrado na **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**, no 26º artigo:

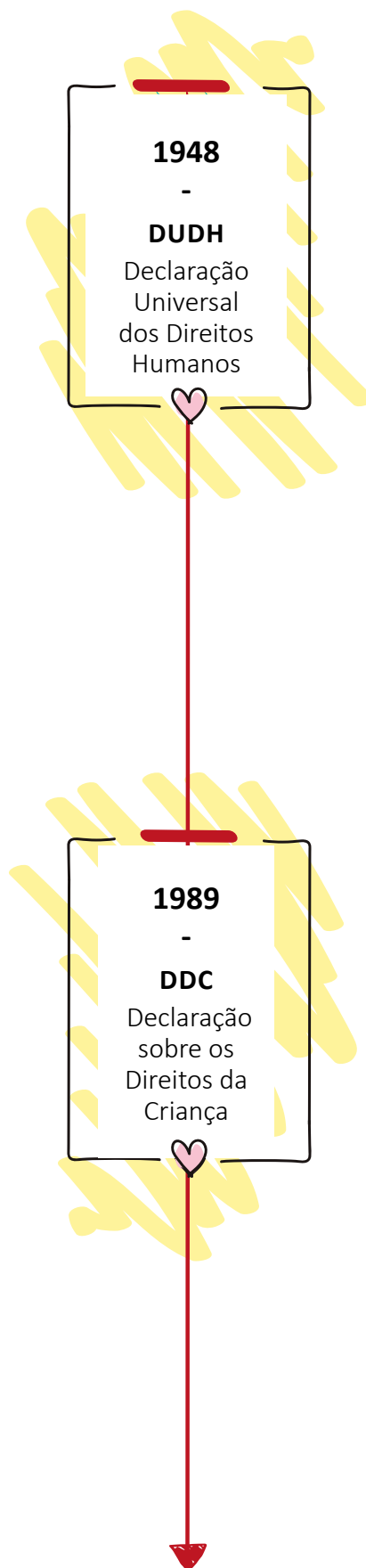
1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.
2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.
3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos. (Organização das Nações Unidas, 1948).

A **DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA** (1989) também centrou a sua atenção para a Educação no artigo 28º, salientando que:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, tendo nomeadamente em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:
 - a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos.
 - b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornando-os públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade.
 - c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados (Organização das Nações Unidas, 1989).

Este Diploma veio introduzir um conceito importante: “o interesse superior da criança”. Este é importante quando consideramos o desenvolvimento de um Ensino Inclusivo:

“Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão principalmente em conta o interesse superior da criança.” (Organização das Nações Unidas, 1989).



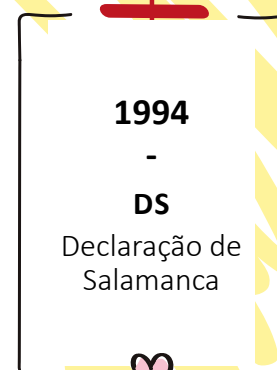
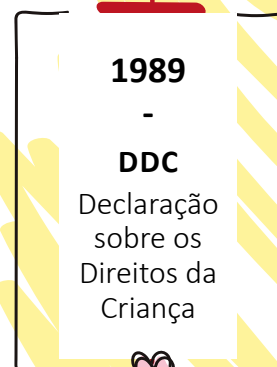
Portanto, quando estamos perante alguma situação de avaliação, currículo, apoio a um estudante, devemos ter sempre em atenção o seu interesse.

Em 1990, a iniciativa “Education for all” apresentou 6 objetivos a serem atingidos até 2015. Alguns dos quais **dirigidos especificamente a um determinado grupo de alunos**:

- a) Expandir e melhorar os cuidados e educação abrangentes na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.
- b) Garantir que, até 2015, todas as crianças, especialmente as raparigas, as que se encontram em circunstâncias difíceis e as pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso e concluam o ensino primário gratuito e obrigatório de boa qualidade.
- c) Garantir que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas por meio de acesso equitativo a programas apropriados de aprendizagem e habilidades para a vida.
- d) Alcançar uma melhoria de 50% na alfabetização de adultos até 2015, especialmente para mulheres, e acesso igualitário à educação básica e continuada para todos os adultos.
- e) Eliminar as disparidades de género na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015, com foco em assegurar às meninas acesso pleno e igualitário e sucesso na educação básica de boa qualidade.
- f) Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e garantir a excelência de todos para que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, numeramento e habilidades essenciais para a vida. (Fórum Mundial de Educação 2000, cit in UNESCO, 2022).

Em 1994, representantes de 96 Governos e 25 Organizações Internacionais, formaram a **Conferência Mundial Sobre a Educação com Necessidades Educativas Especiais**, em Salamanca. O objetivo passava por desenvolver os objetivos abordados na iniciativa “Educação para Todos”, onde desta vez, o foco seria a Educação Especial e a necessidade da presença e participação dos alunos com necessidades educativas específicas nas escolas regulares:

- a) Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem.



- b) Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.
- c) Os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades.
- d) As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.
- e) As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (UNESCO, 1994).

A **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**, documento vinculativo resultante da referida Conferência, foi considerada um passo para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.

Por último, salienta-se outro Diploma de abrangência internacional, concluído em 2006 e com vigência internacional desde 2008: **A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Nos princípios da convenção é salientado o “respeito pelas capacidades de desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito pelo direito das crianças com deficiência a preservarem as suas identidades.”

No Artigo 7º da Convenção, totalmente dedicado às “**Crianças com deficiência**” é salientado que:

- a) “Os Estados Partes tomam todas as medidas necessárias para garantir às crianças com deficiências o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em condições de igualdade com as outras crianças.”
- b) “Em todas as ações relativas a crianças com deficiência, os superiores interesses da criança têm primazia.”
- c) “Os Estados Partes asseguram às crianças com deficiência o direito de exprimirem os seus pontos de vista livremente sobre todas as questões que as afetem, sendo as suas opiniões devidamente consideradas de acordo com a sua idade e maturidade, em condições de igualdade com as outras crianças e a receberem assistência apropriada à deficiência e à idade para o exercício deste direito.” (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2008).



2006

-

CDPD

Convenção sobre
os Direitos das
Pessoas com
Deficiência

O Artigo 8º (**Sensibilização**) alerta para a necessidade de “promover, a todos os níveis do sistema educativo, incluindo em todas as crianças desde tenra idade, uma atitude de respeito pelos direitos das pessoas com deficiência.”

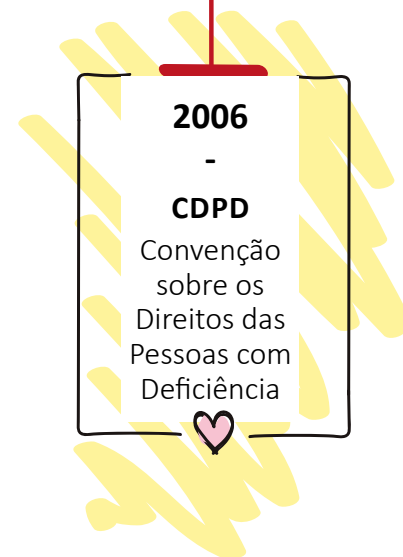
Ainda no Artigo 24º (**Educação**), é reiterado que:

- a) As pessoas com deficiência não são excluídas do sistema geral de ensino com base na deficiência e que as crianças com deficiência não são excluídas do ensino primário gratuito e obrigatório ou do ensino secundário, com base na deficiência.
- b) As pessoas com deficiência podem aceder a um ensino primário e secundário inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade com as demais pessoas nas comunidades em que vivem.
- c) São providenciadas adaptações razoáveis em função das necessidades individuais.
- d) As pessoas com deficiência recebem o apoio necessário, dentro do sistema geral de ensino, para facilitar a sua educação efectiva.
- e) São fornecidas medidas de apoio individualizadas eficazes em ambientes que maximizam o desenvolvimento académico e social, consistentes com o objectivo de plena inclusão....
“A garantia de que a educação das pessoas, e em particular das crianças, que são cegas, surdas ou surdas-cegas, é ministrada nas línguas, modo e meios de comunicação mais apropriados para o indivíduo e em ambientes que favoreçam o desenvolvimento académico e social.” (Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2008).

Por fim, no artigo 30º desta Convenção (**Participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto**), é salvaguardado algo fundamental para a efetiva Inclusão no contexto escola:

- d) **“Assegurar que as crianças com deficiência têm o direito, em condições de igualdade com as outras crianças, a participar em actividades lúdicas, recreativas, desportivas e de lazer, incluindo as actividades inseridas no sistema escolar.”** (Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, 2008).

A luta pela educação e a implementação de sistemas de ensino inclusivos prosseguiu, primeiramente com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000), que evoluíram para os 17 Objetivos de Desenvolvimento de Desenvolvimento Sustentável (2015).



1.4. A IMPORTÂNCIA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como vimos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) é clara, no seu 26º artigo, quando estabelece a Educação como um direito transversal a todos os sujeitos “Todo o ser humano tem direito à instrução (...)”. Além desta menção, este é ainda referido na Declaração dos Direitos da Criança (1959) “A criança tem direito à educação (...)”. Não obstante, no mesmo Diploma é referido de modo específico o Direito da criança “mental e fisicamente deficiente ou que sofra de alguma diminuição social, deve beneficiar de tratamento, da educação e dos cuidados especiais requeridos pela sua particular condição.” Todavia, porque falamos de Educação Inclusiva, quando o Direito à Educação está consagrado em documentos internacionais de suma importância e incontestáveis? A resposta reside no facto de, ainda em todo o mundo existirem crianças que não usufruem do espaço escolar, por vários motivos. Por esta razão, os sistemas educativos falam da importância de uma Educação Inclusiva onde, de acordo com a UNESCO.

***“Todas as crianças importam e importam mesmo.”
(UNESCO 2017).***

Quando abordamos a questão da importância da Educação Inclusiva, podemos perspetivar-lá considerando dois aspetos: garantir a Educação para Todos e, por outro lado, a transmissão de valores que respeitem os valores da tolerância e inclusão da diversidade. Ora, considerando a primeira perspetiva, a Educação Inclusiva assume um papel essencial, pois a mesma tem como objetivo garantir que Todos tenham acesso a uma educação, não só de qualidade, como também igualitária (UNESCO, 2019), através da criação, por parte do sistema educativo, de valores e modelos de intervenção que permitam “a todos a participação e o sentido de pertença a diferentes comunidades em efetivas condições de equidade.” (Rodrigues, 2018). Por outro lado, devemos salientar que

***A Educação Inclusiva é uma ferramenta que contribui para a criação de comunidades erguidas segundo os valores da tolerância e Inclusão
(UNESCO, 2019).***

Quando abordamos a questão da Educação Inclusiva, não podemos descurar que a mesma é, também ela, uma resposta aos alunos com deficiência. Esta assume um papel, pois evita, não só o isolamento, como também a exclusão social, permitindo-lhes uma maior independência, não só do ponto de vista da Educação, como também ao longo das suas vidas (UNESCO, 2019). Importa ainda salientar que o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para Estudo temático sobre os Direitos Humanos sobre o Direito de Pessoas com Deficiência à Educação, revelou que uma Educação Inclusiva contribui para uma educação de qualidade (UNESCO, 2019).

1.4.1. COMO ALCANÇAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Alcançar uma Educação Inclusiva, talvez seja o maior e mais desafiante objetivo dos sistemas educativos atuais. Segundo Rodrigues (2018), existe um conjunto de resistências que dificultam a reforma inclusiva do ensino: “A instabilidade que a frequência de alunos com dificuldades provoca num sistema que (...) deveria ser coerente e previsível”; “O facto de haver espaços educacionais de maior inclusão coexistentes com espaços de exclusão e a preparação das escolas para desenvolver práticas inclusivas”. Ora, diante desta circunstância é fundamental questionar de que modo poderemos alcançar um Sistema Educativo Inclusivo? A resposta está, primeiramente, na promoção e respeito por aqueles que são os valores de uma Educação Inclusiva: a presença, que implica criar as condições necessárias de acesso, a participação (voltada para o sentido de pertença) e, finalmente, o sucesso.



De acordo com o Gabinete Internacional de Educação - UNESCO (2016, p. 13), devemos considerar quatro aspetos-chave inerentes à Inclusão:

- 1. A inclusão é um processo**, cujo objetivo é encontrar as melhores respostas à diversidade presente nas escolas. É um caminho longo, sem fim, onde aprender a viver com diferença e a aprender com a diferença despoleta a vivência de experiências positivas, no sentido que, as mesmas são vistas como um estímulo para incentivar a aprendizagem.
- 2. A identificação e remoção das barreiras é uma preocupação da Inclusão.** Quando falamos em barreiras, estamos a considerar diferentes entraves que se apresentam de diferentes formas, e que por sua vez, dificultam o processo de inclusão. A relevância desta etapa leva a que a mesma seja desenvolvida mais adiante neste Manual.
- 3. É inevitável falar de inclusão sem mencionar a presença, a participação e o sucesso de todos os alunos.** Estes conceitos estão profundamente interligados. A “presença” é referente ao espaço onde ocorre a aprendizagem das crianças e à frequência regular por parte das mesmas. Quando se fala em presença, está implícita desde logo, a ideia de criar as condições necessárias de acesso (Rodrigues, 2018). Já a “participação” (voltada para o sentido de pertença), está relacionada com as experiências tidas pelo próprio aluno em contexto escola/ sala de aula, onde as suas opiniões são consideradas. Por último, o “sucesso”, que está afeto aos resultados da aprendizagem alcançados através de adaptações do currículo.
- 4. A inclusão é um processo direcionado a um grupo de alunos que, por algum motivo, está em risco de exclusão, marginalização e/ou insucesso.** Criar as condições para que possam alcançar o seu “sucesso”, requer a implementação de medidas ajustadas às necessidades de cada um, por forma a que a sua presença, participação e sucesso sejam assegurados dentro do Sistema Educativo.

Abordámos nos parágrafos anteriores alguns aspetos que nos guiam, no sentido de alcançar uma Educação Inclusiva: os quatro aspetos-chave da inclusão. Na verdade, importa também salientar o papel importantíssimo dos Diplomas internacionais anteriormente abordados neste Manual, que juntamente com estes aspetos impulsionam os sistemas educativos à mudança deste paradigma.

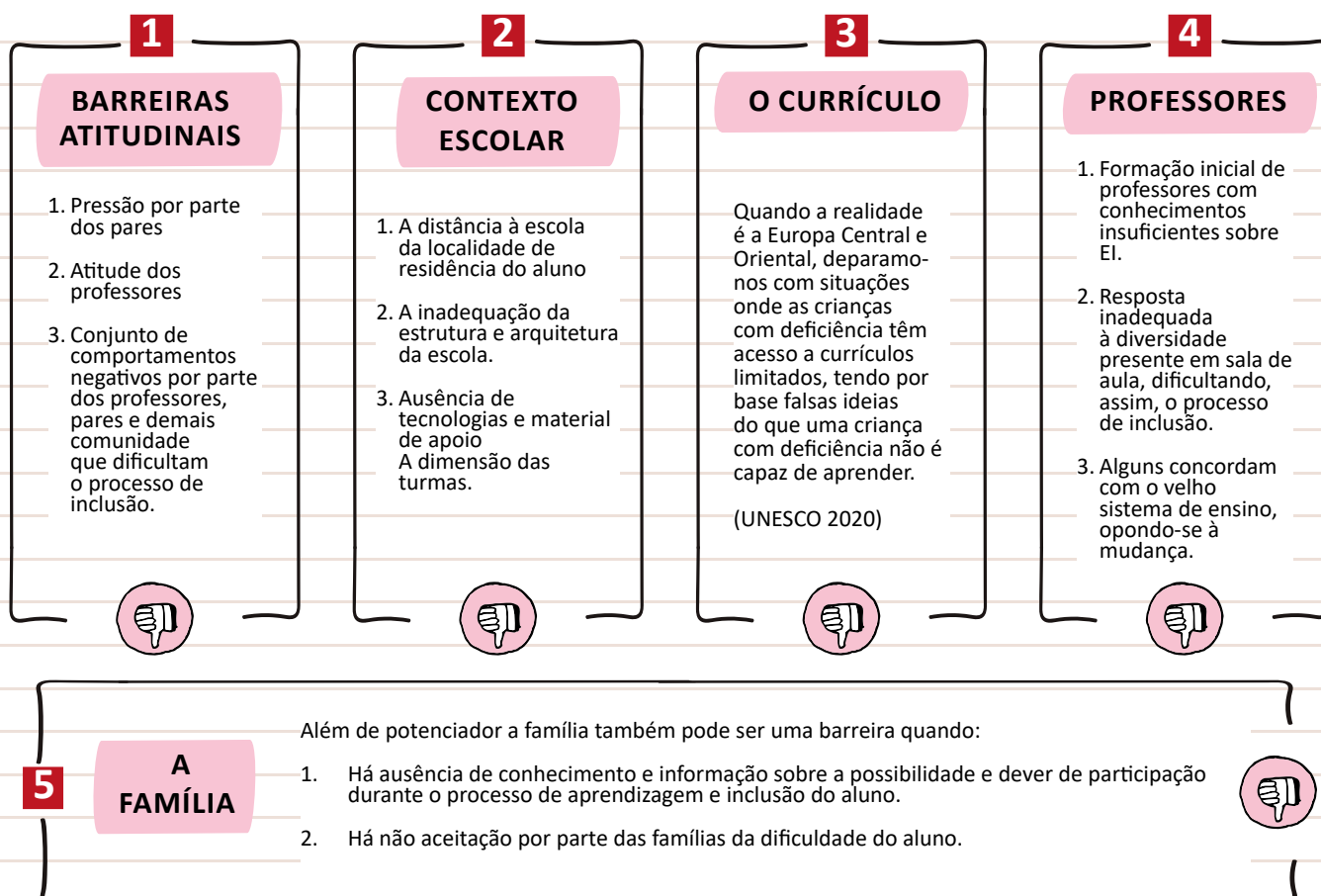
1.5. BARREIRAS E FATORES FACILITADORES

A Declaração de Salamanca (1994) veio chamar a atenção da comunidade internacional para a inclusão das crianças com necessidades educativas específicas nas salas de aula das escolas regulares. Ao reconhecer a importância de uma pedagogia centrada na criança, esta Declaração alerta para a centralidade das necessidades educativas de cada aluno na formulação de estratégias de intervenção, capazes de garantir uma educação de qualidade que vise a aprendizagem, a participação e o sucesso.

Segundo a UNESCO (2021), “as pessoas com deficiência têm duas vezes e meia mais probabilidade do que os seus pares de nunca terem frequentado a escola”, ou seja, milhões de crianças/ jovens estão a perder a oportunidade de ocupar o seu lugar na Escola.

Apesar da existência de normativas internacionais, é inegável a presença de obstáculos que dificultam o processo de inclusão e aprendizagem. Para Booth & Ainscow (2002), a utilização do conceito “barreiras à aprendizagem e participação”, pode ser utilizado na ótica de chamar a atenção para aquilo que pode ser melhorando, com o objetivo de proporcionar aprendizagens de qualidade a qualquer criança.

As barreiras podem assumir várias formas: podem ser encontradas em qualquer momento, em qualquer espaço da Escola, nas próprias comunidades e, também, ao nível das políticas. Além disso, as barreiras à aprendizagem e à participação podem surgir na interação entre alunos, e alunos e docentes nomeadamente no que lhes ensinado e como lhes é ensinado (Booth & Ainscow, 2002). Segundo os mesmos autores, a arquitetura da escola, as culturas, as políticas, o currículo, o método de ensino, o lugar onde os alunos se sentam e a forma de interação são alguns exemplos de barreiras que podem dificultar o processo de ensino e aprendizagem. Mas vejamos de modo concreto de que forma esses entraves podem estar presentes na Escola. **Podemos identificar as seguintes barreiras:**



Uso da expressão “Necessidades Educativas Especiais”

Segundo Booth & Ainscow (2002) o uso da expressão “Necessidades Educativas Especiais” constitui uma barreira ao processo de aprendizagem e participação, dificultando o desenvolvimento de práticas inclusivas. Embora a utilização desta expressão já não se mantenha como prática integrante da cultura de algumas Escolas, ainda a podemos encontrar em algumas em algumas situações, tais como na elaboração dos relatórios, na identificação de dificuldades do aluno e, até, “nas informações que as escolas têm de prestar relativamente às despesas com as “Necessidades Educativas Especiais” (Booth & Ainscow, 2002).

1- Barreiras atitudinais. Estas entendem-se por um conjunto de comportamentos negativos por parte dos professores, pares e demais comunidade que dificultam o processo de inclusão. Entre outros podemos destacar:

a) Pressão por parte dos pares

A aceitação por parte dos pares é um desafio à inclusão, nomeadamente quando falamos de inclusão de crianças com deficiência. Existe um consenso por parte da comunidade científica de que as crianças que não são aceites pelos seus pares têm uma maior probabilidade de enfrentar situações de risco durante a sua vida (Dua & Dua, 2017 cit in. Ochoa & Olivarcz Jr., 1995).

b) Atitude dos professores

Existem vários estudos que mencionam a atitude e as crenças dos professores do ensino regular como uma das barreiras ao processo de aprendizagem e inclusão dos alunos com deficiência. Os mesmos concluem que as seguintes atitudes dos professores afetam o seu empenho e comportamento na implementação de uma Educação Inclusiva: considerar o processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência da responsabilidade dos professores de Ensino Especial; encararem a presença do aluno com deficiência em sala de aula como uma perturbação causadora de distração aos demais alunos da turma (Dua & Dua, 2017 cit in, Kattumuri 2013).

2- Barreiras em contexto Escola

O Fundo das Nações Unidas para a Infância salientou, em 2019, que pelo menos “75% dos 5,1 milhões de crianças com deficiência estejam excluídas de uma Educação Inclusiva de qualidade nas regiões da Europa Central e Oriental e da Ásia Central.” (UNICEF, cit in ONU 2019). O mesmo salienta que milhares de crianças frequentam escolas “especiais”, segregadas dos seus pares. Não obstante, existe um conjunto de entraves, ligados à própria escola, que dificultam o processo de inclusão, principalmente:

a) A distância à escola da localidade de residência do aluno

Por vezes, a falta de transportes adequados, agrava mais esta situação, dificultando o acesso e a inclusão do aluno. (Dua & Dua, 2017).

b) A inadequação da estrutura e arquitetura da escola

As escolas devem ser pensadas para receber Todos. Neste sentido, é de suma importância pensarem nas crianças com deficiência e na mobilidade das mesmas. Os edifícios escolares podem constituir uma barreira caso, por exemplo, as instalações como as casas de banho, a biblioteca, as portas, as passagens, etc., não estejam desenvolvidas para receberem estas crianças.

c) Ausência de tecnologias e material de apoio

A UNICEF reconhece a carência de tecnologias de apoio à inclusão, nomeadamente “leitores e tablets especiais e cadeiras de rodas leves que ajudem as crianças com deficiência a ganhar mais independência e, por isso, a frequentar a escola” (UNICEF, 2019). Também salienta que a proporção exata de crianças com acesso a estas tecnologias e materiais é desconhecida, mas revela que existe uma menor proporção nos países subdesenvolvidos.

O recurso a estas tecnologias de assistência, bem como a materiais pedagógicos que facilitem a aquisição de aprendizagens e participação, são fundamentais para o processo de inclusão de crianças com deficiência.

d) A dimensão das turmas

O elevado número de alunos por turma é um desafio à resposta à diversidade presente nas salas de aula. Esta situação dificulta a aprendizagem e participação das crianças com deficiência. Assim, existe dificuldade, quer por parte dos alunos em ajustarem-se à realidade sala de aula, quer por parte dos professores que, devido ao número de alunos, não conseguem responder de modo positivo às necessidades específicas dos mesmos, dificultando, assim o seu processo de aprendizagem, participação e inclusão.

3- O Currículo

O currículo tradicional é uma barreira ao desenvolvimento de Sistemas Educativos Inclusivos. Uma Educação Inclusiva baseia-se no pressuposto de que um currículo é capaz de responder às potencialidades e necessidades de cada aluno. Portanto, o currículo é um meio para promover a qualidade das aprendizagens.

Quando a realidade é a Europa Central e Oriental, deparamo-nos com situações onde as crianças com deficiência têm acesso a currículos limitados, tendo por base falsas ideias do que uma criança com deficiência não é capaz de aprender (UNESCO 2020, cit in. Baglieri & Shapiro, 2017).

O artigo 24º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência salienta que os pontos de vista tradicionais de aprendizagem para crianças com deficiência, bem como os sistemas de avaliação que visam avaliar o sucesso académico são um entrave à implementação de uma Educação Inclusiva.

4- A formação dos professores

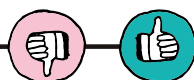
Os professores são um dos recursos mais importantes no processo de inclusão. O insuficiente conhecimento sobre Educação Inclusiva adquirido durante a formação inicial de professores constitui um obstáculo ao processo de inclusão educativa. “A abordagem mais comum à formação de professores para inclusão é introduzir a Educação Inclusiva em formação inicial de professores em unidades de estudo individuais, infundindo o conteúdo existente com conceitos e conhecimentos muitas vezes desligados de um quadro conceptual de Educação Inclusiva.” (UNESCO, 2020). Esta realidade, pode acarretar uma resposta inadequada à diversidade presente em sala de aula, dificultando, assim, o pro-

cesso de inclusão. Todavia, os professores também podem ser entraves ao concordarem com o velho sistema de ensino quando se opõem à mudança através do diálogo, ou quando recusam colaborar com outros profissionais. A recusa em aceitar crianças com deficiência, por exemplo, na sala de aula, também é uma barreira por parte do comportamento dos professores (UNESCO, 2020).

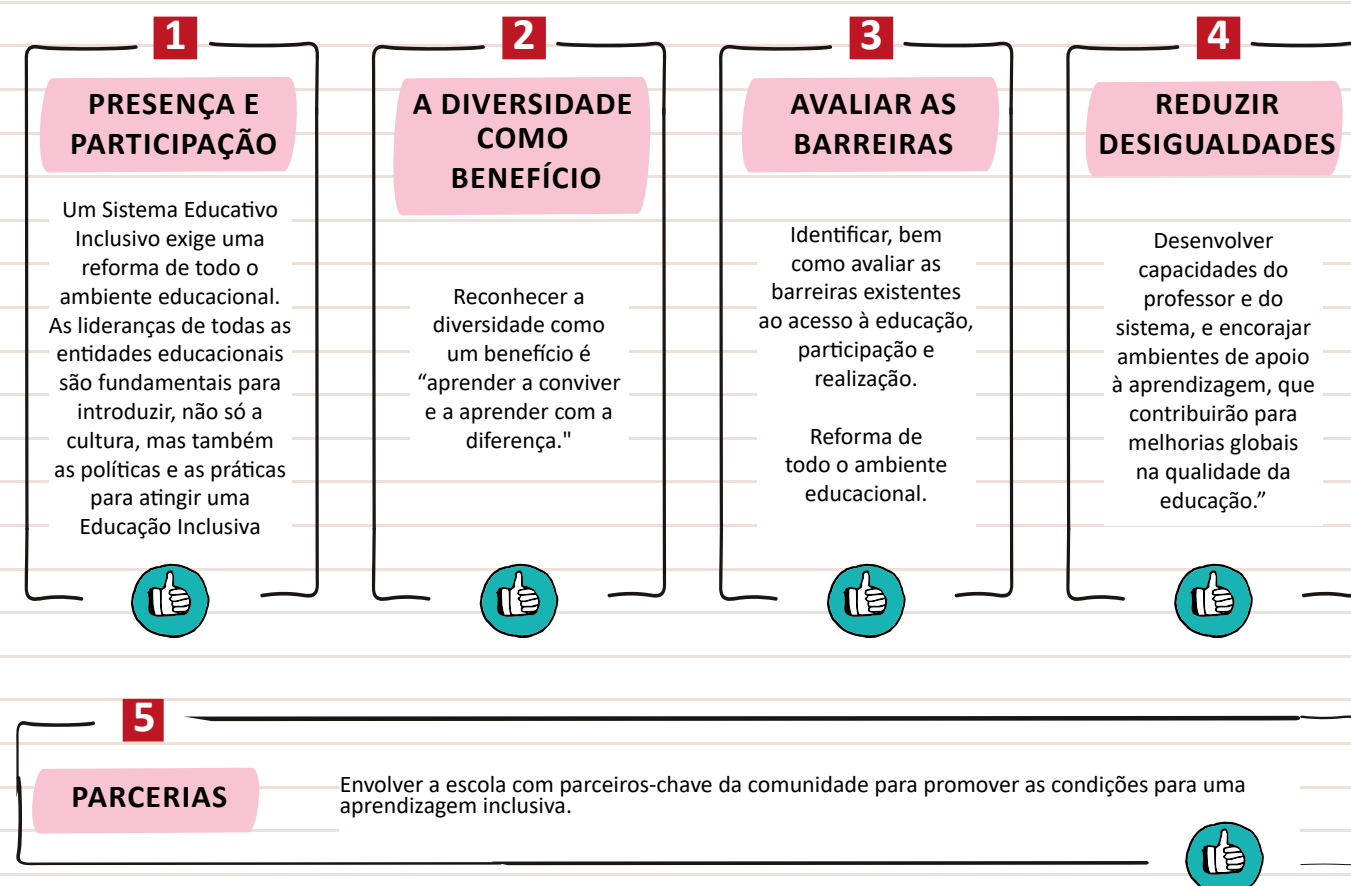
5- Falta de informação por parte das famílias.

A família é uma peça fundamental no desenvolvimento da criança e deve assumir um papel de parceria com a Escola (Oliveira et al., 2015, cit. in Costabile., 2005). Contudo, nem sempre as famílias são um fator facilitador do processo de inclusão, devido:

- a) À ausência de conhecimento e informação sobre a possibilidade e dever de participação durante o processo de aprendizagem e inclusão do aluno;
- b) À não aceitação por parte das famílias da dificuldade do aluno (Oliveira et al., 2015, cit. in Costabile., 2005).



Diante de tantas barreiras devemos pensar nos **facilitadores à Inclusão** dos alunos com necessidades educativas específicas, que passa, desde logo, por minimizar as barreiras anteriormente mencionadas, através da mobilização de um conjunto de recursos, não só materiais, como também, humanos, políticos, entre outros.



Primeiramente, devemos ter consciência da importância de incluir os valores da Equidade e da Inclusão no Sistema Educativo, pois sem eles, torna-se difícil alcançar uma Educação Inclusiva para Todos. Assim, e de acordo com a UNESCO (2019), devemos considerar os seguintes aspectos:

- a) Valorizar a presença, participação e realização de todos os estudantes, independente de seus contextos e características pessoais.
- b) Reconhecer a diversidade como um benefício: “aprender a conviver e a aprender com a diferença”.
- c) Identificar e avaliar as barreiras existentes ao acesso à educação, participação e realização.
- d) “Construir o entendimento comum de que sistemas educacionais mais inclusivos e equitativos têm o potencial de promover a igualdade de gênero, reduzir desigualdades, desenvolver capacidades do professor e do sistema, e encorajar ambientes de apoio à aprendizagem, que contribuirão para melhorias globais na qualidade da educação.” (UNESCO, 2019).
- e) Envolver a escola com parceiros-chave da comunidade para promover as condições para uma aprendizagem inclusiva.

Por outro lado, referir também que a Política Educativa influencia e apoia, não só as ideias, como também as práticas inclusivas, estabelecendo o direito igual de cada um em aceder a uma educação de qualidade e equitativa (UNESCO, 2019, cit in. UNESCO, 2015).



Esta é uma ideia bem presente nos documentos emitidos pela UNESCO quando abordada a questão da Educação Inclusiva. O uso da expressão “Necessidades Educativas Especiais” constitui, como tivemos oportunidade de explorar, um entrave ao desenvolvimento de um Sistema Educativo Inclusivo. Neste sentido, a expressão mencionada deve ser substituída por “dificuldades educacionais” (Booth & Ainscow, 2002).

Além do mencionado, devemos considerar os seguintes pontos como fatores que facilitam o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva:

- a) Um Sistema Educativo Inclusivo exige uma reforma de todo o ambiente educacional. As lideranças de todas as entidades educacionais são fundamentais para introduzir não só a cultura, mas também as políticas e as práticas para atingir uma Educação Inclusiva.
- b) O reconhecimento de que Todos têm a capacidade para aprender deve estar presente, incluindo aqueles que têm alguma deficiência. Tal poderá ser alcançado através de um currículo flexível, a utilização de métodos de ensino e de aprendizagem adequados. Salienta-se ainda a importância da Intervenção Precoce (para os que usufruem desta resposta possam desenvolver o seu potencial), bem como respostas educativas personalizadas de acordo com as necessidades e objetivos de cada aluno.
- c) A aquisição de conhecimentos sobre a abordagem da Educação Inclusiva pelos professores e pessoal não docente são essenciais para a implementação de ambientes de aprendizagem inclusivos.
- d) A dinamização de ambientes onde todos se sintam apoiados, seguros e capazes de participar, constitui uma condição importante para a construção de uma comunidade escolar inclusiva.

1.5.1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: IMPOSIÇÃO OU CULTURA DA ESCOLA?

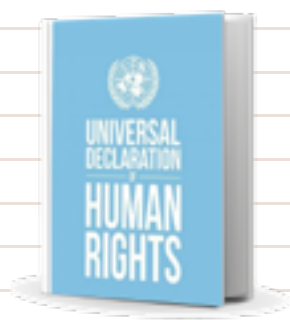
A Educação é, como já tivemos a oportunidade de constatar, um direito transversal a todo o Ser Humano e firmado em Diplomas internacionais. Todavia, durante décadas a Escola não teve respostas às necessidades educativas das crianças com deficiência, excluindo-as do sistema educativo regular. Perante este cenário, as crianças contavam com as Escolas Especiais. Ou seja, não havia uma preocupação por parte dos sistemas educativos em incluir as crianças com deficiência. Contudo, a Declaração de Salamanca (1994) veio inspirar os governos a procederem a alterações legais e normativas que regiam a educação de alunos segregados do ensino regular. Neste documento, ficou clara a necessidade de mudança de paradigma na escola regular, sugerindo-se a criação de escolas capazes de receber a criança, independentemente, das suas características pessoais (UNESCO, 1994).

Apesar de serem necessárias as normativas para o desenvolvimento de um ensino inclusivo, é importante que haja, também, por parte da comunidade escolar abertura e criatividade, bem como recursos de apoio à aplicação de estratégias e métodos de aprendizagem inclusivos. Não é possível a implementação de um Sistema Educativo Inclusivo sem uma cultura escolar inclusiva.

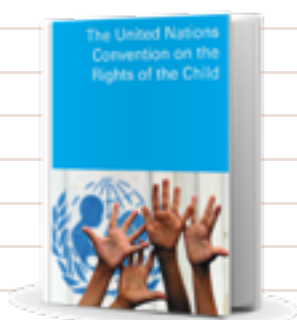


RECURSOS ADICIONAIS

RECURSOS A NÍVEL LEGAL



[Declaração Universal dos Direitos Humanos](#)



[Convenção Sobre os Direitos da Criança](#)



[Declaração de Salamanca](#)



[Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência](#)



VÍDEOS



[+Educação Inclusiva: Da Reflexão à Ação!](#) - No mundo, uma em cada 20 crianças tem uma incapacidade, sendo que 49% das mesmas tem maior probabilidade de não vir a frequentar a escola. Segundo a UNICEF, estas crianças têm 51% mais de probabilidade de se sentirem infelizes e 25% mais de serem excluídas.

Esta realidade tão atual revela que a Inclusão tem, de uma vez por todas, de ser vista como uma questão da sociedade e não uma questão da escola ou das famílias.



[A força da Diversidade](#) - Como seria o mundo se fôssemos todos iguais? Neste vídeo procura-se encontrar na diversidade uma vantagem na educação de todos. Se todos somos diferentes, porque aprendemos todos da mesma forma? É um vídeo que aborda a deficiência e incapacidade, procura definir, desmistificar e transmitir a mensagem de que todos os alunos têm potencial de aprendizagem, mesmo vivendo com uma incapacidade física, intelectual ou sensorial. A Escola é para todos e todas, com respeito e resposta a todas as diferenças. A diferença é sinónimo de diversidade e riqueza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. (2015). *Posição da Agência sobre os Sistemas de Educação Inclusiva*. Odense, Dinamarca: www.european-agency.org/resources/publications/agency-position-inclusive-education-systems-flyer
- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. (2020). *Inclusive School Leadership: A practical guide to developing and reviewing policy frameworks [Liderança da Escola Inclusiva: Um guia prático para o desenvolvimento e revisão de quadros de políticas]*. (M. Turner-Cmucha e E. Óskarsdóttir, ed.). Odense, Dinamarca: www.european-agency.org/resources/publications/SISL-policy-framework
- Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva. (2021). *Princípios chave - Apoio ao desenvolvimento e à implementação de políticas para a Educação Inclusiva*: https://www.europeanagency.org/sites/default/files/KeyPrinciples_2021_PT.pdf
- Alves, Ines. (2017). Diversidade, diferença e planeamento educativo individualizado na escola Portuguesa. Medi@ções. 5. 116-135, em: https://www.researchgate.net/publication/318861118_Diversidade_diferenca_e_planeamento_educativo_individualizado_na_escola_Portuguesa
- Booth, T., & Ainscow, M. (2000). *Index for Inclusion: developing learning and participation in schools*. Bristol: CSIE.
- Booth, T., & Ainscow, M. (2002). *Index para inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. New Redland, United Kingdom: SCIE – Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva, Tradução de Ana Bernard da Costa.
- Comissão Europeia/EACEA/Eurydice (2020). *A Equidade na Educação Escolar na Europa: estruturas, políticas e desempenho dos alunos*. Relatório Eurydice: [https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0220980PTN.pt.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=192&fileName=EC0220980PTN.pt.pdf)
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (2008). Organização das Nações Unidas (ONU/UN). Todas as línguas: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2019. <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Dua, V., Dua, A. (2017). *Inclusive Education: challenges and barriers*. Original Research Paper Education, (6). https://www.worldwidejournals.com/paripex/recent_issues_pdf/2017/January/inclusive-education--challenges-and-barriers-January_2017_6682160715_4512643.pdf
- Dyson, A., [Interview with Alan Dyson, Claes Nilholm's blog about inclusive education](https://www.mp.uu.se/web/claes-nilholms-blog/start/-/blogs/interview-with-alan-d), 2021-09-20: <https://mp.uu.se/web/claes-nilholms-blog/start/-/blogs/interview-with-alan-d>
- European Agency for Special Needs and Inclusive Education. (2021). *Apoio ao desenvolvimento e à implementação de políticas para a Educação Inclusiva – Princípios-chave | Síntese*: https://www.european-agency.org/sites/default/files/KeyPrinciplesPolicyBrief_PT.pdf
- Estratégia da UE sobre os direitos da criança [COM(2021) 142 final] de 24 de março de 2021].
- Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF. (2014). *Conceptualizar a Educação Inclusiva e Contextualizá-la na Missão do UNICEF - Brochura Webinar*. Tradução de Fernando Sérgio Martins: <https://www.unicef.org/eca/sites/unicef.org.eca/files/Booklet%201%20-%20Portuguese.pdf>
- International Bureau of Education-UNESCO. (2016). *Reaching out to all Learners: a Resource Pack for Supporting Inclusive Education*. <http://www.ibe.unesco.org/en/document/training-tools-curriculum-development-reaching-out-all-learners-resource-pack-supporting>
- Minow, M., Shweder, R. A., & Markus, H. R. (Eds.). (2008). *Just schools: Pursuing equality in societies of difference*. Russell Sage Foundation, em: [Just Schools: Pursuing Equality in Societies of Difference - Martha Minow - Google Livros](https://www.google.com/books?id=MarthaMinow)
- Nogueira, J. & Rodrigues, D. (2010). Educação Especial e Inclusiva em Portugal. Factos e opções. *Revista de Educación Inclusiva* 3(1), 97 -110. Universidades de Jaén, Almería, Murcia, Sevilla y Granada. Espanha. <https://www.revistaeducacioninclusiva.es/index.php/REI/article/view/214>
- Rodrigues, D. (2018). *ENSAIOS sobre Educação Inclusiva (ensaio para estrear a peça)*. (1). Edições Pró-Inclusão.
- ONU. (2019, março). ONU: 75 das crianças com deficiência não têm acesso à Educação Inclusiva e de qualidade. *ONU News*. <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1663191>
- UNESCO. (2005). *Guidelines for inclusion: ensuring access to education for all*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140224>
- UNESCO. (2017). 'Accountable teachers' [«Professores responsáveis»] Global Education Monitoring Report 2017/8. Paris: UNESCO. gem-report-2017.unesco.org/en/chapter/2385
- UNESCO. (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370508/PDF/370508por.pdf.multi>
- UNESCO. (2019). *On Road to inclusion*. <https://www.iiep.unesco.org/en/road-inclusion-13270>
- UNESCO. (2020). *Inclusive Education: Children with disabilities*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373662>
- Universal Declaration of Human Rights Published by the United Nations,(2017). <https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/07/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>